

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 29.06.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR -1.º CEB
- Ano Lectivo 2011/2012
- . Acordo de Colaboração/Acesso ao Apoio Financeiro

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR/ENSINO BÁSICO

- . Reorganização da Rede Escolar - Ano Lectivo 2011/2012
- . Suspensão de Escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância
- Parecer

Ponto 6. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . Construção de Campos Relvados Sintéticos
- . Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha
 - 6.1. Remodelação dos Balneários
 - 6.1.1. - Projecto
 - 6.1.2. - Ajuste Directo
 - 6.2. Aquisição de Equipamento Desportivo
 - Ajuste Directo

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL

. HABITAÇÃO SOCIAL – PROHABITA

- Aquisição/Reabilitação

7.1. Minuta do Contrato de Arrendamento

7.2. Contratos de Arrendamento/Imóvel no Largo dos Moinhos

7.3. Cessação de Contratos de Arrendamento

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL

. CASA DA CRIANÇA

- Valência Creche

. Protocolo

Ponto 9. URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

. REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA

. Candidatura //QREN - mais CENTRO

- Aprovação da Alteração N.º 2

Ponto 10. PROTECÇÃO CIVIL

- Normas Operacionais Permanentes

10.1. “Forças dos Bombeiros do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios
Florestais - DECIF”

10.2. “Meios de Reforço para Incêndios Florestais”

Ponto 11. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

. APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA

. Roteiro Comercial e Gastronómico

- Autorização de Abertura e Funcionamento do Comércio do Centro
Urbano em Horário Alargado

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

**Ponto 12. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS**

- . Ocupação de Via Pública
- . Isenção de Taxas
- 12.1. Festas em Honra de S. Miguel, em Sobral de Baixo
 - Comissão de Festas do Sobral de Baixo
- 12.2. Roteiro Comercial e Gastronómico
 - Associação Empresarial de Soure

Ponto 13. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

- . Empréstimo a Médio/Longo Prazo
 - Financiamento de 5 (cinco) Projectos c/ Comparticipação de Fundos Comunitários
- . Minuta do Contrato

Ponto 14. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011

- . Apreciação de Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª - .

Ponto 15. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- . Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa
 - Relações Institucionais com Municípios

Ponto 16. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente deu início à reunião, prestando as seguintes informações:

*** EDUCAÇÃO**

- No dia 11 de Julho, conjuntamente com a Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, estivemos no Instituto Pedro Hispano, a propósito do encerramento do Curso Profissional Técnico de Hotelaria Restauração - Variante Restaurante Bar... Em concreto, oito formandos terminaram este curso de dupla certificação e a Câmara Municipal foi convidada para assistir à prova final... Estiveram também presentes responsáveis ligados à Hotelaria... Tratou-se de mais uma iniciativa no domínio da Educação virada para a integração profissional que nos pareceu, tanto quanto nos foi dado ver, que correu bem... Aliás, fomos informados que os formandos já terão saídas profissionais definidas...

- No dia 12 de Julho, estivemos também presentes, eu próprio e o Senhor Vereador, Mário Jorge, no Agrupamento de Escolas de Soure... Tratou-se da entrega de 180 diplomas, quer no âmbito do RVCC - Reconhecimento Validação e Certificação de Competências, quer no da Educação e Formação de Adultos... A entrega dos diplomas foi “acompanhada” de uma acção cultural agradável, denominada de “Tertúlia Literária”...

*** APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA**

No dia 08 de Julho, colaborámos numa iniciativa de uma empresa local - Vicometal -... Esta empresa estará a tentar entrar em mais um país do mercado africano - Senegal -... Assim, nesse dia, a Vicometal foi visitada, quer pela Senhora Embaixadora, quer pelo Senhor Cônsul do Senegal, tendo aproveitado para os levar a visitar outras empresas do Concelho... Nesta visita também foram recebidos na Câmara Municipal... Entendemos por bem dar alguma solidez institucional - se é que a empresa precisava disso - para que os representantes desse país percebessem que estavam em presença de uma empresa que, para além da sua capacidade empresarial, mantém um saudável relacionamento com os responsáveis autárquicos.

O Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota referiu que: “no dia 4 de Julho, realizou-se uma reunião da Comissão Alargada, naturalmente com a presença dos vários parceiros e com a presença, muito especial, do Senhor Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Dr. Armando Leandro e

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

também da interlocutora para o Distrito de Coimbra, Dra. Fátima Duarte. Pessoas com grande conhecimento desta problemática, pessoas muito sensíveis. O Dr. Armando Leandro, deu-nos algumas informações, algumas sugestões de medidas a desenvolver, essencialmente, medidas preventivas. Ele focalizou-se num auto-diagnóstico dos parceiros, das Instituições. No fundo, saber as potencialidades e as fraquezas de cada Instituição, o tipo de Análise SWAT, que tem a ver com os pontos fortes e pontos fracos e, através desse chamado auto-diagnóstico, conseguir-se uma maior articulação, uma maior complementaridade e rentabilização de recursos de uma forma integrada e, assim, haver uma maior eficácia sem duplicação de esforços.

Também se referiu à importância da Comissão Alargada ser mais interventiva, mais participativa e não se limitar a três/quatro reuniões anuais.

Dar-vos um balanço da CPCJ de Soure no primeiro semestre deste ano... a nível de processos, foram transitados 29 de 2010, foram instaurados 16 e arquivados 22 e activos estão 23 - isto em Junho -. Os principais motivos de intervenção tiveram a ver com: 2 por negligência, 8 de comportamentos bientes, 1 de abandono escolar, 3 de maus tratos e 1 de conduta problemática de criança. Foram feitas medidas aplicadas, no âmbito da promoção e protecção, apoio junto aos pais... a nível de arquivamento, foram arquivados 22 - 2 liminarmente, 8 após intervenção e 12 remetidos ao Tribunal: 1 por ausência de consentimento, 4 por incumprimento dos Acordos de Promoção e Protecção...

A CPCJ de Soure está a trabalhar muito bem, há um espírito de grupo e pessoas muito motivadas e sensibilizadas para esta problemática e tenho de referir que houve cooptação de 3 novos elementos, uma mais valia, uma maior consolidação desta Comissão.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências . Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 29.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

Ponto 4. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . **PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR -1.º CEB**
- **Ano Lectivo 2011/2012**
- . **Acordo de Colaboração/Acesso ao Apoio Financeiro**

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

ASSUNTO:     

- . **PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB**
- . **Acordo de Colaboração / Acesso ao Apoio Financeiro - Ano Lectivo 2011/2012**

O Despacho n.º 14460/2008 (2.ª Série) de 26 de Maio, do Ministério da Educação, aprova o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico e regulamenta o regime de acesso ao Apoio Financeiro a conceder por aquele Ministério no âmbito do referido Programa.

A partir do Ano Lectivo 2006/2007, este Programa foi implementado, em todas as Escolas do Município de Soure, pela Câmara Municipal em parceria com o Agrupamento de Escolas de Soure.

Foram ainda estabelecidas parcerias com IPSS locais e Juntas de Freguesia, designadamente, no que se refere a Recursos Humanos e Transportes Escolares.

Em reunião de Câmara de 15 de Julho de 2010, foi deliberado aprovar a subscrição do Acordo de Colaboração entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Soure, que visava a implementação das AEC no Ano Lectivo 2010/2011 e o acesso ao correspondente Apoio Financeiro.

O Apoio Financeiro, atribuído nos termos do Despacho supra referenciado, para o Ano Lectivo 2010/2011, foi consignado em **Adenda ao Contrato-Programa**, subscrito pelo Município de Soure e pela Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), com a aprovação da Câmara Municipal, na sua reunião de 26 de Novembro de 2010.

Em reunião de Câmara de 28 de Maio de 2009, foi deliberado aprovar a subscrição do **Contrato-Programa** que tem por objecto regulamentar as relações entre as partes outorgantes em matéria de concessão, afectação e controlo da aplicação dos Apoios Financeiros a atribuir no âmbito do Programa das AEC no 1.º CEB.

De acordo com a cláusula 12.ª deste Contrato-Programa, o mesmo é renovado automaticamente nos Anos Lectivos seguintes.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

Neste quadro, a DREC solicitou o envio, **até ao dia 20 de Julho de 2011**, de novo **Acordo de Colaboração** entre o Município de Soure e o Agrupamento de Escolas de Soure, com vista ao lançamento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), para o Ano Lectivo 2011/2012, de acordo com o novo Despacho n.º 8683/2011, de 28 de Junho, que altera e republica o Despacho atrás aludido.

No sentido de dar cumprimento à solicitação da DREC, ocorreram **diversas reuniões de trabalho** com a Direcção do Agrupamento de Escolas de Soure, tendo sido elaborado o **Acordo de Colaboração em Anexo**.

Naturalmente, na elaboração deste Acordo foi tomada em consideração a **experiência ao longo dos últimos cinco Anos Lectivos**, no sentido de se continuar a **melhorar cada vez mais a qualidade** deste serviço prestado aos alunos do Concelho.

Assim, no próximo Ano Lectivo, 2011/2012, todos os alunos do 1.º CEB continuarão a usufruir de aulas de Inglês, Actividade Física e Desportiva, Música e Apoio ao Estudo. O acesso cada vez mais precoce a uma língua estrangeira, bem como às outras actividades continua a ser considerado muito positivo, pelos vários intervenientes neste processo, designadamente, o Agrupamento de Escolas de Soure e os Pais e Encarregados de Educação.

Para além das reuniões regulares com os Coordenadores de Departamento Curricular dos respectivos Grupos Disciplinares, continuarão a ser reforçados os mecanismos de **articulação e comunicação** entre os **Professores das AEC** e os **Professores Titulares das Turmas**, através da participação daqueles no Departamento Curricular do 1.º CEB, bem como em Reuniões de Equipas Educativas, em cada Escola/Centro Escolar.

A Planificação das Actividades de Enriquecimento Curricular é aprovada pelo **Conselho Pedagógico do Agrupamento de Escolas de Soure**, ficando garantida a articulação, entre aquelas e a Actividade Curricular.

Continuar a proporcionar, de forma gratuita, a aquisição de um conjunto diversificado de aprendizagens e competências **a todos os alunos do 1.º CEB**, independentemente da Escola que frequentam, continua a fazer deste Programa algo **extremamente ambicioso, complexo e exigente** mas, inequivocamente, muito **enriquecedor** para o desenvolvimento pessoal e social daquelas crianças.

Trata-se de um projecto que, definitivamente, continuará a alterar de forma muito positiva o rosto e os princípios pedagógicos e de animação lúdico-cultural subjacentes ao 1.º Ciclo do Ensino Básico.

A implementação do **Acordo de Colaboração** em anexo, no Ano Lectivo 2011/2012, contribuirá para que as crianças do 1.º CEB do Município de Soure continuem a crescer numa Escola rica em conhecimento, criatividade, formação cívica, sem esquecer, naturalmente, a componente lúdica, pelo que proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a subscrição do mesmo.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
08.07.2011

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a subscrição do presente Acordo de Colaboração. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR/ENSINO BÁSICO

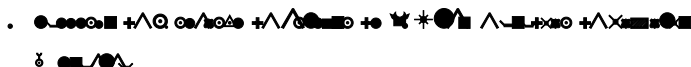
- . Reorganização da Rede Escolar - Ano Lectivo 2011/2012
- . Suspensão de Escolas do 1.º CEB e Jardins de Infância
- Parecer

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

Assunto: EDUCAÇÃO - PRÉ-ESCOLAR/ENSINO BÁSICO

REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR - ANO LECTIVO 2011/2012

. 

No âmbito de reuniões ocorridas para a Reorganização da Rede Escolar, a Senhora Coordenadora da Equipa de Apoio às Escolas de Coimbra, da Direcção Regional de Educação do Centro, apresentou oralmente uma proposta de **Suspensão**, para o **Ano Lectivo 2011/2012**, das seguintes Escolas do 1.º CEB: **EB1 de Casal do Redinho** e **EB1 de Pouca Pena**.

Nestas reuniões, foi consensualizado o encerramento destas Escolas, tendo em conta o número de alunos, as Escolas de Acolhimento, os serviços a assegurar para responder às necessidades das crianças que têm que se deslocar - Transporte e Serviço de Apoio à Família - e, naturalmente, a melhoria de condições, quer pedagógicas, quer de socialização dos alunos envolvidos.

Nestas duas Escolas, ocorreram já reuniões com os respectivos Pais e Encarregados de Educação.

De referir ainda as seguintes “chamadas de atenção /observações”:

- Nos últimos treze anos, encerraram, no Município de Soure, 25 Escolas do 1.º CEB, sempre com a concordância dos agentes envolvidos - Autarquia, Pais e Encarregados de Educação, Juntas de Freguesia e Ministério da Educação, num clima de paz social.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

- O princípio subjacente à suspensão passou sempre pela ponderação de condições fundamentais, designadamente, o número de alunos, a qualidade dos serviços a assegurar para responder às necessidades das crianças a deslocar, com particular atenção para o Transporte Escolar, bem como as respostas das Escolas de Acolhimento, quer a nível da Componente Educativa, quer de Apoio à Família.

Assim, de acordo com o que está previsto na Carta Educativa do Concelho de Soure, aprovada e homologada em Maio de 2007, a Suspensão de Escolas do 1.º CEB nunca deverá assentar numa mera mudança de alunos de uma Escola para outra com as mesmas condições, mas deverá ter sempre em conta que, ao encerrar uma Escola, os seus alunos frequentarão um equipamento com melhores e mais adequadas condições às exigências pedagógicas e familiares actuais.

Releve-se que, sobre este processo, também o representante do Agrupamento de Escolas de Soure expressou Parecer semelhante.

No que toca à **Educação Pré-Escolar**, tem-se vindo a constatar, nos últimos anos, uma baixa frequência de crianças no **Jardim de Infância de Alfarelos**.

Porém, é uma evidência que o Centro Social de Alfarelos, no âmbito de Acordos com a Segurança Social e o Ministério da Educação, tem vindo oferecer uma resposta na mesma Valência a um vasto, e cada vez maior, número de crianças, tendo, aliás, as suas instalações sobrelotadas.

Releve-se, que esta Instituição, na sequência da aprovação de uma Candidatura ao PRODOR, vai realizar um investimento na construção de um novo espaço para acolher as crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar.

Assim, numa perspectiva de rentabilização de recursos físicos na mesma zona geográfica, perante a situação de **sobreutilização do Centro Social de Alfarelos e de subutilização do Jardim de Infância de Alfarelos - Equipamento Municipal** -, o Município poderá vir a estabelecer um Protocolo de Colaboração com o Centro Social de Alfarelos, o qual terá como objecto a Cedência do Edifício afecto ao Jardim de Infância, ao Centro Social de Alfarelos.

Com esta cedência fica, no entanto, garantida a gratuidade da Componente Lectiva às Famílias que pretendam que os seus educandos frequentem o Jardim de Infância apenas durante o horário normal de funcionamento dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública.

Estas Famílias apenas pagarão a Participação Familiar, aprovada anualmente em Reunião de Câmara, no que se refere à Componente de Apoio à Família, isto é, Almoço e Prolongamento de Horário.

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

Neste contexto, propõe-se que a Câmara Municipal aprove formalmente o Parecer adiantado nas reuniões ocorridas no âmbito da Reorganização da Rede Escolar para o Ano Lectivo 2011/2012, isto é:

- O encerramento da EB1 do Casal do Redinho e o da EB1 da Pouca Pena;
- O encerramento do Jardim de Infância de Alfarelos, salvaguardando o funcionamento equiparado à Rede Pública, através da Subscrição de Protocolo de Colaboração com o Centro Social de Alfarelos.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011-07-01

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009

O Senhor Presidente referiu que: “esta é uma Proposta de Parecer que já foi dada a conhecer e objecto de avaliação na última reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada em 22 de Junho do corrente ano...

Trata-se de uma Proposta de Parecer da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, quanto àquilo que normalmente se denomina de Reorganização da Rede Escolar... Aliás, todos os anos temos apreciado e aprovado uma Proposta... Agora, nos termos habituais, propõe-se que a Câmara Municipal aprove um Parecer, a enviar ao Ministério da Educação, dando nota de que não temos nada a opor, quer ao encerramento “efectivo” das EB1 de Casal do Redinho e da Pouca Pena, quer ao eventual encerramento do Jardim de Infância de Alfarelos, desde que salvaguardado o funcionamento equiparado à rede pública, através da subscrição de um Protocolo de Colaboração com o Centro Social de Alfarelos...”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Parecer apresentada pela Senhora Vereadora,
Dra. Ana Maria Treno. -----*

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

Ponto 6. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

- . Construção de Campos Relvados Sintéticos**
- . Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: - Desporto e Tempos Livres

- Construção de Campos Relvados Sintéticos – Campo de Vinha da Rainha

- Remodelação dos Balneários
- Aquisição de Equipamento Desportivo

Em relação ao assunto em epígrafe, considerando:

1. Que em 21.10.2010 o executivo camarário deliberou abrir concurso público urgente com vista à construção do campo relvado sintético em Vinha da Rainha;
2. Que em 17.11.2010 o mesmo executivo adjudicou a empreitada à firma Construções Júlio Lopes, S.A., pelo valor de 275.000,00 € e prazo de execução 6 meses;
3. Que em 07.04.2011 o Mais Centro aprovou uma candidatura com a designação “Campo Relvado Sintético de Vinha da Rainha” e as condições gerais seguintes:
 - Investimento Total: 378 434,00 €
 - Investimento Elegível: 378 434,00 €
 - Participação: 302 747,20 €
 - Taxa: 80 %
 - Início: 15.10.2010
 - Fim: 30.09.2011
4. Que em 23.05.2011 foi consignada a empreitada;
5. Que a candidatura aprovada em 07.04.2011 inclui, para além da componente de “Construção / colocação de relva sintética”, as seguintes:
 - a) – Aquisição de Equipamento Desportivo – Balizas para a prática de futebol de 11 e futebol de 7, bancos e abrigos para as equipas técnicas e atletas suplentes;
 - b) – Fiscalização e certificação;
 - c) – Reabilitação / Requalificação de Balneários – inclui reparação dos balneários e espaços de apoio, instalação de painéis solares por aquecimento de águas e melhoramento da eficiência energética do edifício através do isolamento térmico e substituição de caixilharia.

Nestas condições, torna-se imperioso promover a execução das restantes componentes.

Com esse objectivo foi desenvolvido, no gabinete de desenho da autarquia, o necessário projecto de intervenção nos balneários, cujos mapa de trabalhos e estimativa orçamental apontam para um valor de 66.000,00€ como base para o procedimento e obtida estimativa orçamental para a aquisição do necessário equipamento de campo, cuja relação se inclui em anexo, no valor de 8.500,00€.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

Assim, propõe-se:

- i) A aprovação do projecto de Reabilitação / Requalificação dos Balneários do Campo de Futebol de Vinha da Rainha, cuja estimativa orçamental totaliza 66.000,00 €, bem como do respectivo Caderno de Encargos;
- ii) A sua execução por empreitada, com recurso ao ajuste directo e consulta às seguintes três entidades:
 - 1. Construções Júlio Lopes, SA;
 - 2. Gadanha 2 – Construções, Lda;
 - 3. Construtora Guardado e Oliveira, Lda;
- iii) A aquisição de equipamento desportivo, igualmente por ajuste directo, uma vez que a estimativa para a sua aquisição totaliza 8.500,00 €, com consulta à firma Sports Partner – Distribuição e Fabrico de Equipamentos Desportivos, Lda.

À consideração superior

(Mário Monteiro, Eng.º)

(Chefe Divisão O.P.M.)

2011-07-06

6.1. Remodelação dos Balneários

6.1.1. - Projecto

Deliberado, por unanimidade, aprovar o Projecto, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

6.1.2. - Ajuste Directo

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES

CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS – CAMPO DE VINHA DA RAINHA

- REMODELAÇÃO DOS BALNEÁRIOS

- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Com vista à empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 66.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 150.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 02.02.07.01.04.06 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 02.002 2010/205.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- Construção Júlio Lopes, S.A.;
- Gadanha 2 - Construções, Lda.;
- Construtora Guardado e Oliveira, Lda.

4. JÚRI

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o nº1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- Américo Nogueira (Presidente do Júri);
- Santos Mota, Dr.;
- Mário Monteiro, Eng.;
- Mauro Alegre, Eng. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
08/07/2011

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vereador *,
(Américo Nogueira)
11.07.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal, despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços. _____

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

**6.2. Aquisição de Equipamento Desportivo
- Ajuste Directo**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: DESPORTO E TEMPOS LIVRES
CONSTRUÇÃO DE CAMPOS RELVADOS SINTÉTICOS – CAMPO DE VINHA DA RAINHA
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Com vista ao fornecimento em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 8.500,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 02.02.07.01.04.06 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 02.002 2010/205.

2. PROCESSO

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

3. CONSULTAR A SEGUINTE ENTIDADE

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, à seguinte empresa:

- Sports Partner - Distribuição e Fabrico de Equipamentos Desportivos, Lda.

4. JÚRI

Uma vez que será apenas convidada uma entidade a apresentar proposta, está dispensada a criação de júri, nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do Código dos Contratos Públicos.

À consideração superior,
O Técnico Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
08/07/2011

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
O Vereador *,
(Américo Nogueira)
11.07.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal por despacho de 06.11.2009

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

**Ponto 7. ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. HABITAÇÃO SOCIAL – PROHABITA
- Aquisição/Reabilitação**

7.1. Minuta do Contrato de Arrendamento

Foi presente a seguinte proposta:

Proposta

ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL - APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. HABITAÇÃO SOCIAL - PROHABITA
Aquisição/Reabilitação
- Minuta do Contrato de Arrendamento

A Câmara Municipal de Soure, em **2006**, promoveu a realização de um **levantamento concelhio** que identificasse os **Agregados Familiares** em situação de **Grave Carência Habitacional**.

Este processo foi desenvolvido pelo Gabinete de Acção Social Municipal com a colaboração, designadamente, das Juntas de Freguesia e das IPSS do Concelho.

Foram identificados 25 casos concretos e, em **Dezembro de 2006**, a Câmara Municipal apresentou uma **Candidatura ao PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação)**.

Em **Janeiro de 2007**, a Candidatura foi **aprovada** por Despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Prof. Doutor João Ferrão.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

Em **30 de Março de 2007**, foi subscrito com o Instituto Nacional da Habitação (INH), actualmente Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), um **Acordo de Colaboração** com vista à resolução dos **25 problemas de Grave Carência Habitacional de Famílias** de menores recursos económicos, identificadas no Concelho, naturalmente, assegurando o seu Realojamento em habitações condignas.

No âmbito deste Acordo, o Município pode recorrer, quer ao **Arrendamento**, quer à **Aquisição e Reabilitação** de habitações degradadas, concretizando-se, assim, um responsável e saudável **Cruzamento de Políticas Sociais com Políticas Urbanas**.

Em **Outubro de 2007**, foi **adquirido um imóvel** na Zona Histórica de Soure, no Largo dos Moinhos, com capacidade de alojamento para 4 (quatro) Famílias.

As **obras de reabilitação** foram adjudicadas em **Abril de 2009** e, neste momento, estão na sua fase final, pelo que os serviços estão, naturalmente, a preparar o processo de atribuição destas habitações a Agregados Familiares integrados na Vertente Aquisição/Reabilitação, nos termos do Acordo de Colaboração, atrás aludido.

Os Agregados em causa deverão celebrar com o Município um **Contrato de Arrendamento**, conforme a ambiência legal aplicável.

Neste quadro, proponho que a Câmara Municipal aprove a **Minuta de Contrato de Arrendamento para Fim Habitacional em Regime de Renda Apoiada**, de acordo com a informação jurídica em anexo.

A Vereadora*

(Ana Maria Treno, Dra.)

2011.06.30

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo
Senhor Presidente da Câmara, Despacho de 06.11.2009

e

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **ACÇÃO SOCIAL - APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
HABITAÇÃO SOCIAL - PROHABITA
AQUISIÇÃO/REABILITAÇÃO
MINUTA DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO

Em 30 de Março de 2007, entre o Município de Soure e o Instituto Nacional de Habitação, foi celebrado um Acordo de Colaboração, ao abrigo do PROHABITA, tendo em vista a resolução das situações de grave carência habitacional identificadas no âmbito do levantamento efectuado pela Câmara Municipal de Soure, no território do respectivo concelho.

No âmbito do Acordo mencionado, propôs-se o Município de Soure proceder à aquisição de habitações degradadas no mercado e à realização de obras para a respectiva reabilitação.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

Estas habitações destinam-se a residência permanente de Agregados Familiares identificados e são-lhes atribuídas, mediante a celebração de um Contrato de Arrendamento Para Fim Habitacional em Regime de Renda Apoiada.

No que respeita ao Contrato de Arrendamento, o mesmo subordinar-se-á ao Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro e respectiva legislação complementar, com as especificidades do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio e do Decreto-Lei n.º 135/2004, de 3 de Junho.

Em face do exposto:

Na sequência do Acordo de Colaboração celebrado em 30 de Março de 2007, entre o Município de Soure e o Instituto Nacional de Habitação, sugere-se, agora, a aprovação da respectiva minuta, em anexo, do Contrato de Arrendamento Para Fim Habitacional em Regime de Renda Apoiada.

A competência para a aprovação da minuta do Contrato de Arrendamento, pertence à Câmara Municipal de Soure, nos termos da alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
29.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato de Arrendamento para Fim Habitacional em Regime de Renda Apoiada, conforme decorre da informação técnica/jurídica. -----

7.2. Contratos de Arrendamento/Imóvel no Largo dos Moinhos

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: **ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
 . **Habitação Social /PROHABITA**
 . **Aquisição/ Reabilitação**
 - **Contratos de Arrendamento/ Imóvel no Largo dos Moinhos**

Com vista à atribuição de habitações, para residência permanente, a três Agregados Familiares, que integram a Candidatura aprovada no âmbito do PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação), na vertente da Aquisição/Reabilitação, sugerimos a realização de três *Contratos de Arrendamento para Fim Habitacional Em Regime de Renda Apoiada*.

O motivo desta atribuição deve-se à conclusão do processo de Reabilitação do Imóvel adquirido, pelo Município, no âmbito da Candidatura supra referida, situado no Largo dos Moinhos, em Soure.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

No que respeita à execução do PROHABITA, os 25 (vinte e cinco) Agregados Familiares encontram-se, actualmente, distribuídos da seguinte forma:

Vertente Arrendamento				Vertente Aquisição/ Reabilitação				Vertente Reabilitação		
N.º DE AGREGADOS ACTUAL	REALOJADOS	POR REALOJAR	CESSAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO/ DESISTÊNCIAS	N.º DE AGREGADOS ACTUAL	REALOJADOS	POR REALOJAR	CESSAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO	N.º DE AGREGADOS ACTUAL	REALOJADOS	POR REALOJAR
11	7	0	4	13	9	3	1	1	0	1

No quadro em anexo à presente informação, encontram-se identificados os três Agregados em causa, a Tipologia atribuída e a Renda Apoiada a ser suportada mensalmente pelos Arrendatários.

Observe-se que só nos referimos a três Agregados, porque uma das quatro habitações – Tipologia T1 – estava atribuída a uma outra Família, singular, que entretanto faleceu; está a decorrer o correspondente processo de substituição, pelo que a Fracção/ Habitação ainda livre será atribuída/ ocupada, logo após a sua conclusão.

CONCLUSÃO:

1. Face ao exposto, sugerimos que a Câmara Municipal delibere atribuir os fogos situados no Largo dos Moinhos, em Soure, com vista ao realojamento de três Agregados Familiares, no âmbito do PROHABITA, na Vertente Aquisição/ Reabilitação, de acordo com o mapa em anexo;
2. Que o valor mensal da Renda Apoiada a suportar pelos respectivos Agregados Familiares, e a constar no Contrato de Arrendamento Para Fim Habitacional a celebrar, seja o definido no mapa em anexo, nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 07 de Maio.

À consideração superior,
A Técnica Superior,
(Cristina Marta, Dra.)
30.06.2011

DESPACHO:
À Reunião de Câmara.
A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
01.07.2011

* Competências delegadas e subdelegadas pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despacho de 06.11.2009.

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

PROHABITA - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA ACESSO À HABITAÇÃO

ACORDO de COLABORAÇÃO, subscrito em 30.03.2007, entre o Município de Soure e o Instituto Nacional de Habitação (INH), Actualmente Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

VERTENTE AQUISIÇÃO/ REABILITAÇÃO

N.º	ARRENDATÁRIO	SITUAÇÃO ACTUAL	TIPOLOGIA ATRIBUÍDA	PREÇO TÉCNICO	RENDA APOIADA
1	Maria Isabel Silva de O. Cardoso Portugal	Integrou a 1.ª Fase de Arrendamento, com carácter provisório (Reunião de Câmara de 28.06.2007)	T2	260,64 €	54,50 €
2	Maria Genebra Carrilho Bicho Rodrigues	Integrou a 5.ª Fase de Arrendamento, com carácter provisório (Reunião de Câmara de 27.06.2008)	T2	239,36 €	42,09 €
3	António Girão Valada	Integrou a 6.ª Fase de Arrendamento, com carácter provisório (Reunião de Câmara de 31.07.2008)	T1	188,14 €	47,98 €
TOTAL					144,57 €

A Técnica Superior
(Cristina Marta, Dra.)
30.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar os Contratos de Arrendamento/Imóvel no Largo dos Moinhos, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

7.3. Cessação de Contratos de Arrendamento

Foi presente a seguinte proposta:

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

Proposta

ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL - APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL
. HABITAÇÃO SOCIAL - PROHABITA
- Censação de Contratos de Arrendamento

A Câmara Municipal de Soure, em 2006, promoveu a realização de um **levantamento concelhio** que identificasse os **Agregados Familiares** em situação de **Grave Carência Habitacional**.

Este processo foi desenvolvido pelo Gabinete de Acção Social Municipal com a colaboração, designadamente, das Juntas de Freguesia e das IPSS do Concelho.

Foram identificados 25 casos concretos e, em **Dezembro de 2006**, a Câmara Municipal apresentou uma **Candidatura ao PROHABITA (Programa de Financiamento para Acesso à Habitação)**.

Em **Janeiro de 2007**, a Candidatura foi **aprovada** por Despacho do Exmo. Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, Prof. Doutor João Ferrão.

Em **30 de Março de 2007**, foi subscrito com o Instituto Nacional da Habitação (INH), actualmente Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), um **Acordo de Colaboração** com vista à resolução dos **25 problemas de Grave Carência Habitacional de Famílias** de menores recursos económicos, identificadas no Concelho, naturalmente, assegurando o seu Realojamento em habitações condignas.

No âmbito deste Acordo, o Município pode recorrer, quer ao **Arrendamento**, quer à **Aquisição e Reabilitação** de habitações degradadas, concretizando-se, assim, um responsável e saudável **Cruzamento de Políticas Sociais com Políticas Urbanas**.

Em **Outubro de 2007**, foi **adquirido um imóvel** na Zona Histórica de Soure, no Largo dos Moinhos, com capacidade de alojamento para 4 (quatro) Famílias.

As **obras de reabilitação** foram adjudicadas em **Abril de 2009** e, neste momento, estão na sua fase final, pelo que os serviços estão, naturalmente, a preparar o processo de atribuição destas habitações a Agregados Familiares integrados na Vertente Aquisição/Reabilitação, nos termos do Acordo de Colaboração, atrás aludido.

Os Agregados em causa foram entretanto realojados, na Vertente Arrendamento com carácter provisório, em habitações arrendadas pelo Município, através da celebração de Contratos de Arrendamento para Habitação, de prazo certo (ANEXO 1).

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

Perante a atribuição das habitações reabilitadas, no Largo dos Moinhos, como residência permanente daquelas Famílias, poderá o Município proceder à **Cessação dos Contratos de Arrendamento antes do seu termo**, conforme decorre da Informação Jurídica solicitada, isto é, “por acordo entre as partes” ou “por denúncia”.

Neste quadro, foram contactados os três proprietários, sendo que:

- **Dois dos proprietários** - Diamantino Mota Pereira e João Dias da Silva Ribeiro - concordaram cessar o respectivo Contrato de Arrendamento, através da **Revogação por Acordo entre as Partes**, a partir de 31 de Agosto de 2011.
- **Um proprietário** - Reinaldo Ramos - não aceitou a Revogação por Acordo entre as Partes, pelo que o Município procederá à Denúncia do Correspondente Contrato de Arrendamento.

Neste quadro, proponho que a Câmara Municipal aprove a **Cessação dos Contratos de Arrendamento para Habitação, identificados no Anexo 1**, em conformidade com a informação atrás exposta, resultante dos contactos com os Proprietários.

A Vereadora*
(Ana Maria Treno, Dra.)
2011.06.30

* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo Senhor
Presidente da Câmara, Despacho de 06.11.2009

e

ANEXO 1

ACÇÃO SOCIAL - **PROHABITA** - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA ACESSO À HABITAÇÃO

ACORDO de COLABORAÇÃO, subscrito em **30.03.2007**, entre o Município de Soure e o Instituto Nacional de Habitação (INH), Actualmente Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)

CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

Senhorio	Subarrendatário	Localização	Valor da Renda	Valor Renda Apoiada	Compart. Município	Início	Termo
Diamantino Mota Pereira	Maria Isabel Silva de O. Cardoso Portugal	Rua João de Deus, Bloco B, N.º 45, 1.º Dt.º, Soure	279,24 €	54,50 €	224,74 €	01.07.2007	30.06.2012
João Dias da Silva Ribeiro	António Girão Valada	Av. Dr. Raul Madeira, 2.º Andar, Soure	257,00 €	25,78 €	231,22 €	01.08.2008	30.06.2013
Reinaldo Ramos	Maria Genebra Carrilho B. Rodrigues	Rua do Cais, N.º 9, 2.º Andar, Soure	257,00 €	42,09 €	214,91 €	01.07.2008	30.06.2013
TOTAL			793,24 €	122,37 €	670,87 €		

A Técnica Superior
(Cristina Marta, Dra.)
30.06.2011

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **ACÇÃO SOCIAL – APOIO A ACTIVIDADES NO ÂMBITO DA ACÇÃO SOCIAL**
HABITAÇÃO SOCIAL – PROHABITA
CESSAÇÃO DOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Relativamente ao assunto em epígrafe somos, de acordo com o solicitado, a informar o seguinte:

No âmbito do programa Prohabita, o Município de Soure, na qualidade de arrendatário, recorreu ao arrendamento de vários imóveis, que se destinaram ao subarrendamento a agregados familiares carenciados, candidatos ao referido programa.

Estes contratos de arrendamento, de prazo certo, foram celebrados ao abrigo do artigo 1095.º Código Civil, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 6/2006.

Relativamente à cessação deste tipo de Contratos de Arrendamento, são várias as formas pelas quais podem cessar, a referir: **revogação por acordo das partes**, **resolução**, **caducidade**, **denúncia** ou outras causas previstas na lei, nos termos do artigo 1079.º do código Civil.

No que respeita à **revogação por acordo entre as partes**, encontra-se regulado no artigo 1082.º do Código Civil, dispondo que, as partes podem, a todo o tempo, revogar o contrato, mediante acordo a tanto dirigido, sendo que o acordo referido é celebrado por escrito, quando não seja imediatamente executado ou quando contenha cláusulas compensatórias ou outras cláusulas acessórias.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

No que à **resolução** respeita, a mesma é regulada pelo artigo 1083.º do Código Civil, dispondo que qualquer das partes pode resolver o contrato, nos termos gerais de direito, com base em incumprimento pela outra parte.

É fundamento de resolução o incumprimento que, pela sua gravidade ou consequências, torne inexigível à outra parte a manutenção do arrendamento, designadamente, quanto à resolução pelo senhorio:

- a) A violação reiterada e grave de regras de higiene, de sossego, de boa vizinhança ou de normas constantes do regulamento do condomínio;
- b) A utilização do prédio contrária à lei, aos bons costumes ou à ordem pública;
- c) O uso do prédio para fim diverso daquele a que se destina;
- d) O não uso do locado por mais de um ano, salvo nos casos previstos no n.º 2 do artigo 1072.º;
- e) A cessão, total ou parcial, temporária ou permanente e onerosa ou gratuita, quando ilícita, inválida ou ineficaz perante o senhorio.

É inexigível ao senhorio a manutenção do arrendamento em caso de mora superior a três meses no pagamento da renda, encargos ou despesas, ou de oposição pelo arrendatário à realização de obra ordenada por autoridade pública, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo seguinte.

É fundamento de resolução pelo arrendatário, designadamente, a não realização pelo senhorio de obras que a este caibam, quando tal omissão comprometa a habitabilidade do locado.

Os contratos de arrendamento de prazo certo, podem ainda cessar por **caducidade**, desde que o arrendatário, manifeste a sua oposição à renovação automática, mediante comunicação ao senhorio com uma antecedência não inferior a 120 dias do termo do contrato (artigo 1098.º n.º1 do Código Civil).

Por fim, podem, por outro lado, cessar por **denúncia**.

Assim, após seis meses de duração efectiva do contrato, o arrendatário (no presente caso o Município de Soure) pode denunciá-lo, a todo o tempo, mediante comunicação ao senhorio com uma antecedência não inferior a 120 dias do termo pretendido do contrato, produzindo essa denúncia efeitos no final de um mês do calendário gregoriano (artigo 1098.º n.º2 do Código Civil).

Relativamente à última questão colocada, **caso o arrendatário deixe de necessitar do prédio arrendado e pretenda cessar o contrato antes do seu termo, deverá recorrer a uma de duas das formas de cessação antes referidas: a revogação por acordo entre as partes ou a denúncia.**

Uma última nota no que respeita à forma da comunicação da oposição à renovação e da denúncia, dispõe o artigo 9.º da Lei n.º6/2006, que a comunicação deve ser escrita, assinada pelo arrendatário e remetido, por carta registada com aviso de recepção, para o endereço do senhorio, constante do contrato de arrendamento ou de comunicação sua imediatamente anterior.

Em face do exposto:

Caso o Município de Soure, enquanto arrendatário, deixe de necessitar do prédio arrendado e pretenda cessar o contrato antes do seu termo, deverá tentar obter a revogação por acordo entre as partes, ou, caso esta se frustre, desde que os contratos de arrendamento, a prazo certo, já tenham duração efectiva superior a 6 meses, pode o Município de Soure proceder à sua denúncia, nos termos do artigo 1098.º n.º2 do Código Civil, devendo para o efeito, remeter comunicação, nos termos que ficaram expostos, com 120 dias de antecedência relativamente ao termo que pretenda.

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

À consideração superior,
O Jurista,
(Edgar J. Domingues, Dr.)
29.06.2011

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Cessação de Contratos de Arrendamento, conforme decorre da informação técnica/jurídica. -----

Ponto 8. ACÇÃO SOCIAL
 . CASA DA CRIANÇA
 - Valência Creche
 . Protocolo

O Senhor Presidente referiu que: “a Direcção Distrital de Coimbra do Instituto da Segurança Social veio, em 31 de Agosto de 2010, informar que, de acordo com ambiência legal existente, não era possível a Câmara, enquanto Câmara Municipal, “receber” transferências por Acordos, como recebem as IPSS...

Transmitiram isto aos três casos existentes, Soure, Penela e Oliveira do Hospital... Não estando nós convencidos desta ambiência legal, a verdade é que tínhamos de manter o serviço e indicámos, na altura, que a IPSS que, em princípio, iria ficar com este Acordo de Valência Creche seria a Santa Casa da Misericórdia de Soure, uma vez que ela teve uma Candidatura aprovada ao P.A.R.E.S. - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - para a construção de um edifício para as valências de Creche e Lar...

Com este Protocolo o que é que pretende?... Pretende-se que, uma vez aprovado e aceite pela Santa Casa da Misericórdia de Soure, se chegue ao Centro Distrital de Segurança Social e que se explique: este Ano Lectivo, que já terminou, queiram proceder à transferência do valor relativo ao Acordo para vinte e quatro crianças - embora estivessem lá quarenta e três crianças -... a partir do próximo Ano Lectivo a Santa Casa da Misericórdia assegurará a prestação deste serviço nas condições previstas nesta Proposta de Protocolo...

Outra coisa que este Acordo com a Santa Casa da Misericórdia de Soure prevê: face ao número de alunos em Creche que vierem a ser servidos, haverá um conjunto de funcionários da Câmara Municipal que, continuando da Câmara Municipal, passarão a ser pagos e “geridos” pela Santa Casa da Misericórdia de Soure... por exemplo, vamos considerar que há 30 crianças que vão para lá... com as contas já efectuadas, deverão “levar” uma Educadora e três ou quatro Auxiliares, sendo que, através de

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

um Acordo de Cedência de Interesse Público, continuarão funcionários da Câmara Municipal, com os Direitos e Deveres de Funcionários da Câmara Municipal, mas pagos pela Santa Casa da Misericórdia...

Releve-se que já foi tudo explicado aos responsáveis da Santa Casa da Misericórdia... A ideia é “dar” à Santa Casa da Misericórdia, receitas mas também despesas... poderão aumentar as Taxas mas, acima de tudo, garantir a continuidade do serviço com qualidade e o vínculo da Segurança Social...”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente Proposta de Protocolo. -----

Ponto 9. URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO

- . REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENTRE OS RIOS ANÇOS E ARUNCA
- . Candidatura // QREN - mais CENTRO
 - Aprovação da Alteração N.º 2

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 10. PROTECÇÃO CIVIL

- Normas Operacionais Permanentes

10.1. “Forças dos Bombeiros do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais - DECIF”

Foi tomado conhecimento. -----

10.2. “Meios de Reforço para Incêndios Florestais”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 11. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- . APOIO À ACTIVIDADE ECONÓMICA
 - . Roteiro Comercial e Gastronómico
 - Autorização de Abertura e Funcionamento do Comércio do Centro Urbano em Horário Alargado

Foi presente a seguinte informação:

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

Assunto: ▪ Associação Empresarial de Soure

- Roteiro Comercial e Gastronómico
- Autorização de abertura e funcionamento do comércio do centro urbano em horário alargado durante a realização do evento:

Dias: 15 e 16 de Julho

Horário: Abertura 9:00h / Encerramento 24:00h

Dia: 17 de Julho

Horário: Abertura 14:00h / Encerramento 19:00h

A Associação Empresarial de Soure, veio solicitar ao Sr. Presidente de Câmara o **alargamento do horário do funcionamento do comércio do centro urbano de Soure durante a realização do evento – Roteiro Comercial e Gastronómico**, nos dias e horários mencionados em epígrafe, para os estabelecimentos comerciais que exerçam actividades económicas não compreendidas no ramo da restauração.

Do Direito:

O diploma que regula o Regime de Horários é o D. L. n.º 48/96, de 15 de Maio, na nova redacção que lhe é dada pelo D. L. n.º 111/2010, de 15 de Outubro.

Este decreto-lei estabelece como regime geral de abertura dos estabelecimentos de venda ao público de prestação de serviços, **o funcionamento entre as 06:00h e as 24:00 horas de todos os dias da semana.**

Sobre esta matéria o nosso Regulamento de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, refere no seu n.º 1 do art. 5.º o seguinte:

"Sem prejuízo do regime especial em vigor para outras actividades, os estabelecimentos de venda ao público e de prestações de serviços existentes na área do Município, ficam sujeitos ao horário de funcionamento todos os dias da semana:

- Abertura 06:00horas
- Encerramento 24:00 horas"

CONCLUSÃO:

- Face ao exposto, somos de entendimento que o pedido de alargamento do funcionamento do comércio no centro urbano de Soure, para os estabelecimentos comerciais solicitados, poderá ser deferido, uma vez que não extravasa os limites fixados pelo D. L. n.º 48/96, de 15 de Maio, e pelo nosso Regulamento Municipal.

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011**

- A competência legal para o deferimento de um qualquer pedido com acolhimento expresso num Regulamento Municipal em vigor, salvo melhor entendimento, é do Sr. Presidente de Câmara ou de quem tenha Despacho que lhe delegue funções adequadas.

Observe-se:

- Que o Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Soure, foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal de 27/06/1997.
- Que o evento em causa é de manifesto e relevante interesse municipal, designadamente a nível gastronómico e turístico.

Salvo melhor e mais fundamentada opinião, é o quanto se nos oferece dizer relativamente ao assunto colocado à nossa consideração.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 08 de Julho de 2011
A Técnica Superior,
(Susana Ramos)
08.07.2011

DESPACHO:
Autorizo, nos termos da
Informação Jurídica, Infra.
2011.07.11
(João Gouveia, Dr., Presidente de Câmara)

Foi tomado conhecimento. -----

**Ponto 12. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS
MUNICIPAIS**
 . Ocupação de Via Pública
 . Isenção de Taxas

**12.1. Festas em Honra de S. Miguel, em Sobral de Baixo
- Comissão de Festas do Sobral de Baixo**

Foram presentes as seguintes informações:

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

**Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO
MUNICÍPIO DE SOURE**

- Ocupação de via pública
- Festas Populares / Festas em honra de S. Miguel, em Sobral de Baixo
 - Autorização para ocupar a via pública com um palco
 - Isenção de Taxas

A Comissão de festas de Sobral de Baixo solicitou autorização para ocupar 100 m² da via pública com um palco, para a realização das festas em honra de S. Miguel, que vão decorrer entre 4 e 9 de Agosto de 2011.

A licença de ocupação de espaço público, após a devida análise, foi deferida por despacho do Sr. Vereador, Dr. Santos Mota, em 12 de Julho de 2011.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor das taxas a cobrar seria de 3 010,00€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo do artº 26º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção das taxas devidas pela ocupação da via pública.

Assim, sugere-se ainda que, dado tratar-se de uma iniciativa de impacto cultural, económico e social, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

À consideração superior
O Técnico Superior
(Joaquim Oliveira – Eng.º Civil)
12-07-2011

e

Assunto: Isenção de Taxas

Processo: 586 - Informação n.º 94/2011

Requerente: Abel Manuel da Costa Batalha

Local: Sobral de Baixo – Soure

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe cumpre-nos informar:

O Sr. Abel Manuel da Costa Batalha, na qualidade de representante da Comissão de Festas, veio requerer ao Sr. Presidente de Câmara, Licença para Ocupação do Espaço Público com a instalação de um palco, para a realização dos festejos em honra do S. Miguel em Sobral de Baixo.

Concomitantemente ao licenciamento, requer também **a isenção das respectivas taxas que lhe sejam atribuídas.**

DO DIREITO:

A isenção subjectiva das taxas municipais, encontra regulamentação nos artigos 25.º e 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure (RLCTM).

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

No caso em análise, o Requerente -Comissão de Festas-, não se insere no grupo de entidades passíveis de isenção do pagamento de taxas previstas no art. 25.º do RLCTM.

Todavia, o art. 26.º do RLCTM prevê a possibilidade de concessão de outras isenções totais ou parciais, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

Segundo informação da Tesouraria e do Serviço de Taxas e Licenças, a referida Entidade não é devedora de qualquer valor ao Município de Soure.

CONCLUSÃO:

Face ao Exposto, somos da opinião que, de acordo com o art. 26.º do RLCTM, a isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público, com a instalação de um palco, poderá ser concedida, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

À superior consideração,

Paços do Município de Soure, 08 de Julho de 2011

A Técnica Superior,

(Susana Ramos, Dra.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Isenção de Taxas, dado tratar-se de uma iniciativa com significativo Impacto Cultural e Social. -----

12.2. Roteiro Comercial e Gastronómico - Associação Empresarial de Soure

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE SOURE

- Ocupação de espaço público
- Roteiro Comercial e Gastronómico
 - Autorização para ocupar a via pública com um palco, esplanadas e exposição de viaturas clássicas
 - Isenção de Taxas

A Associação Empresarial de Soure solicitou autorização para ocupar várias ruas e praças da Vila de Soure, com um palco, esplanadas e exposição de viaturas clássicas, no total de 2 393 m², sendo que 160 m² estão afectos ao palco, 910 m² à exposição de automóveis e 1323 m² as esplanadas, para a realização do Roteiro Comercial e Gastronómico, que vai decorrer entre 15 e 17 de Julho de 2011.

A licença de ocupação de espaço público, após a devida análise, foi deferida por despacho do Sr. Vereador, Dr. Santos Mota, em 12 de Julho de 2011.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

O valor das taxas a cobrar seria de 34 094,50€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo do artº 26º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção das taxas devidas pela ocupação do espaço público.

Assim, sugere-se ainda que, dado tratar-se de uma iniciativa de impacto cultural, económico e social, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

À consideração superior
O Técnico Superior
(Joaquim Oliveira – Eng.º Civil)
12-07-2011

e

Assunto: Isenção de Taxa

Processo: 591 Informação n.º 92/2011

Requerente: Associação Empresarial Soure

Local: Vila de Soure

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe cumpre-nos informar:

A Associação Empresarial de Soure, veio requerer ao Sr. Presidente de Câmara, Licença para Ocupação do Espaço Público com esplanadas em várias ruas públicas da Vila de Soure, para a realização do Evento - Roteiro Comercial e Gastronómico.

Concomitantemente ao licenciamento, requer também **a isenção das respectivas taxas que lhe sejam atribuídas.**

DO DIREITO:

A isenção subjectiva das taxas municipais, encontra regulamentação nos artigos 25.º e 26.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Soure (RLCTM).

A Associação Empresarial de Soure, não se insere no grupo de entidades passíveis de isenção do pagamento de taxas previstas no art. 25.º do RLCTM.

Todavia, o art. 26.º do RLCTM prevê a possibilidade de concessão de outras isenções totais ou parciais, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

Segundo informação da Tesouraria e do Serviço de Taxas e Licenças, a referida Entidade não é devedora de qualquer valor ao Município de Soure.

CONCLUSÃO:

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011***

Face ao Exposto, somos da opinião que, de acordo com o art. 26.º do RLCTM, a isenção de taxas devidas pelo licenciamento da ocupação do espaço público, com esplanadas situadas em ruas públicas da Vila de Soure, poderá ser concedida, através de deliberação fundamentada da Câmara Municipal.

À superior consideração,
Paços do Município de Soure, 08 de Julho de 2011
A Técnica Superior,
(Susana Ramos, Dra.)

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Isenção de Taxas, dado tratar-se de uma iniciativa com significativo Impacto Cultural, Económico e Social. -----

Ponto 13. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

- . Empréstimo a Médio/Longo Prazo
 - Financiamento de 5 (cinco) Projectos c/ Comparticipação de Fundos Comunitários
- . Minuta do Contrato

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

EMPRÉSTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO

- FINANCIAMENTO DE 5 (CINCO) PROJECTOS C/ COMPARTICIPAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS
- MINUTA DE CONTRATO

A Câmara Municipal, na sua Reunião de 17/03/2011, aprovou por unanimidade a contratação de um empréstimo a médio/longo prazo, para aplicação em investimento, no âmbito do financiamento de 5 projectos com comparticipação de fundos comunitários, no valor de, até 644.217,99€.

Após consulta ao mercado, nos termos da Lei, a Câmara Municipal, na sua Reunião de 14/04/2011, aprovou uma proposta de contratualização desse empréstimo junto da instituição de crédito que apresentou a proposta considerada mais favorável.

A Assembleia Municipal, na sua Sessão de 15/04/2011, aprovou a atrás aludida proposta, isto é, autorizou a contratualização deste empréstimo nos termos da mesma.

No dia 04/03/2011, foi enviada à Sra. Directora-Geral das Autarquias Locais o respectivo pedido de excepção, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 39.º da Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro -, naturalmente tendo em vista obter a correspondente autorização superior.

Até ao momento ainda não recebemos qualquer resposta formal.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 14 de Julho de 2011

Acresce que temos vindo a contactar a Secretaria de Estado do Orçamento, sendo que informalmente nos foi adiantado que não estão a ser ainda emitidos quaisquer Despachos de Excepcionamento.

Observe-se que, de acordo com a comunicação da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de 30/05/2011, o valor de rateio apurado para o Município de Soure, nos termos do n.º 2 do artigo 53.º do Orçamento de Estado para 2011, é de 387.642,00€.

Releve-se que, a 30/06/2011, de acordo com a informação já reportada à Direcção-Geral das Autarquias Locais, o Município de Soure apresenta uma margem de endividamento líquido no montante de 786.988,00€, valor superior ao do rateio indicado no parágrafo anterior.

Assim, não recebido o Despacho de Excepcionamento, de acordo com a indicação do Tribunal de Contas, sugere-se a aprovação de uma alteração à minuta do contrato que reduza o valor do empréstimo de, até 644.217,99€, para o do rateio atrás aludido, ou seja, até 387.642,00€, mantendo-se a estrutura de repartição pelos 5 investimentos.

À consideração superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
11/07/2011

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar uma Alteração à Minuta do Contrato que reduza o valor do empréstimo de, até 644.217,99 €, para o do rateio apurado para o Município de Soure, nos termos do n.º 2 do Art. 53.º da Lei do Orçamento do Estado/2011, isto é, até 387.642,00 €, mantendo-se a estrutura de repartição pelos 5 - cinco - Investimentos. -----

-

Ponto 14. GRANDES OPÇÕES DO PLANO - PPI E AMR - E ORÇAMENTO // 2011 . Apreciação de Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª - .

Deliberado, por maioria, com cinco (5) votos a favor dos Senhores Vereadores eleitos pelo P.S. e duas (2) abstenções das Senhoras Vereadoras eleitas pelo P.S.D., aprovar as Propostas de Alteração - 7.ª/7.ª

- , -----

*13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 14 de Julho de 2011*

Ponto 15. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- . Gabinete do Secretário de Estado da Administração Local e
Reforma Administrativa**
 - Relações Institucionais com Municípios**

Foi tomado conhecimento. -----